



Ministério das Finanças
e do Fomento Empresarial
Direção Geral do Tesouro



Boletim Estatístico da Dívida Pública nº24

Praia,
junho de 2023

FICHA TÉCNICA

Propriedade

Ministério das Finanças

Edição

Direção Geral do Tesouro

Soeli Santos – Diretora Geral do Tesouro

Coordenação

Ministério das Finanças / Direção Geral do Tesouro / Serviço de Operações Financeiras
Olavo Correia - Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças

Soeli Santos – Diretora Geral do Tesouro

Malaquias Lopes - Diretor do Serviço de Operações Financeiras

Redação

Serviço de Operações Financeiras

Malaquias Lopes - Diretor do Serviço de Operações Financeiras

Maria de Fátima Lopes - Técnica do Serviço de Operações Financeiras

Emanuel Moreira – Técnico Especialista

João Apolónio Furtado - Técnico Sénior

Alberto Neves Silva – Técnico do Serviço de Operações Financeiras

Maquetagem

Valdyr Ramos/MF/UTIC

Periodicidade

Trimestral

Endereço

Ministério das Finanças

Direção Geral do Tesouro

Av. Amílcar Cabral, CP: 102

Tel.: +238 260 74 31 / Fax.: +238 261 58 44

Email: dgt.caboverde@mf.gov.cv

Ilha de Santiago, República de Cabo Verde

I - ÍNDICE

II - ENQUADRAMENTO.....	4
III - SIGLAS	6
IV - QUADROS	8
1. DÍVIDA PÚBLICA TOTAL	9
2. DÍVIDA EXTERNA	9
2.1. Stock	9
2.1.2. Stock da Dívida Pública Externa	9
2.2. Fluxos.....	10
3. DÍVIDA INTERNA	13
3.1 Stock	13
3.2 Fluxos.....	13
GLOSSÁRIO	15

II - ENQUADRAMENTO

O Governo de Cabo Verde tem como meta importante da sua governação, garantir a credibilidade e a confiança junto dos parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde, a nível nacional e internacional. A publicação, numa base trimestral dos dados da dívida pública, enquadra-se nesta política no que se refere à transparência de gestão do património físico e financeiro do Estado.

O Boletim Estatístico (BE) da Dívida Pública da República de Cabo Verde surge neste contexto, com o objetivo principal de fornecer/divulgar informações estatísticas sobre o stock e fluxos da dívida pública.

A elaboração do BE enquadra-se nas recomendações e exigências de qualidade estatística emanadas das melhores práticas internacionais de gestão da dívida, recomendadas pelas instituições e organismos internacionais (ex: BM, FMI e UNCTAD). O mesmo é elaborado através de uma base de dados consistente, completa e precisa e constitui uma base de tomada de decisão assertiva e atempada no que tange à política de endividamento e às políticas correlativas com o endividamento do país.

Trata-se de um importante instrumento de acompanhamento da gestão da dívida pública que se destina aos principais intervenientes responsáveis pela gestão das Finanças Públicas, assim como às instituições financeiras nacionais e internacionais, parceiros de desenvolvimento, Instituições Universitárias, Investigadores/Académicos, contribuintes e público em geral.

A abrangência do BE é a dívida do Governo Central e a fonte das informações divulgadas é o Ministério das Finanças.

O critério de classificação da dívida externa e interna é o da residência do credor e os valores nos quadros apresentados estão expressos em milhões de Escudos Cabo-Verdianos.

III - SIGLAS

ASA	Aeroportos e Segurança Aérea
BADEA	Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África
BAI	Banco BAI Cabo Verde
BCA	Banco Comercial do Atlântico
BCV	Banco de Cabo Verde
BEI	Banco Europeu do Investimento
BIA	Banco Interatlântico
BT	Bilhetes do Tesouro
BCN	Banco Cabo-verdiano de Negócios
CCV	Correios de Cabo Verde
CAIXA	Caixa Económica de Cabo Verde
DNP	Direção Nacional do Planeamento
DNOCP	Direção Nacional de Orçamento e Contabilidade Pública
DGT	Direção Geral do Tesouro
FAD	Fundo Africano para o Desenvolvimento
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
GARANTIA	Companhia de seguros (nacional)
IDA	Agência Internacional do Desenvolvimento
IFH	Instituto do Fomento da Habitação (Imobiliária)
IMPAR	Seguradora (nacional)
INPS	Instituto Nacional da Previdência Social
MF	Ministério das Finanças
OGE	Orçamento Geral do Estado
OT	Obrigações do Tesouro
PPIP	Programa Plurianual de Investimento Público
PROMOTORA	Sociedade de Capital de Risco (nacional)
TC	Tribunal de Contas

IV - QUADROS

IV.1 - DÍVIDA PÚBLICA TOTAL**IV.1.1 - Stock****IV.1.1.1 - Composição e indicadores da Dívida Pública 1º Trimestre 2023 (em milhões CVE)**

	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2023
Saldo da Dívida Pública	264 639,1	284 282,4	296 337,5
<i>% do PIB</i>	137,5%	117,7%	110,9%
Dívida Externa	186 063,4	198 045,6	204 252,2
Dívida Interna	78 575,7	86 236,8	92 085,4
Total Desembolsos	10 300,4	7 618,0	9 059,4
<i>% do PIB</i>	5,4%	3,2%	3,4%
Dívida Externa	1 575,0	431,7	3 167,3
Dívida Interna (inclui outros Créditos)	8 725,4	7 186,4	5 892,1
Total Serviço da Dívida	3 553,9	5 383,8	7 906,7
<i>% Serviço da Dív. Externa/Esportações</i>	15,2%	10,2%	9,6%
<i>% das Receitas do Estado</i>	40,3%	48,2%	57,1%
<i>% das Reservas Internacionais</i>	6,0%	7,9%	11,0%
Dívida Externa	1 194,7	2 047,8	2 557,5
Dívida Interna (inclui Dív. Flutuante)	2 359,2	3 336,0	5 349,2
Memória: PIB do ano	192 402,0	241 509,3	267 188,0
Exportações	7 836,8	20 116,1	26 687,1
Receitas do Estado	8 817,6	11 163,8	13 840,0
Reservas Internacionais	58 960,7	68 297,7	72 070,1

DÍVIDA DO SETOR PÚBLICO

(em milhões CVE)

	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2023
Dívida Gov. Central	264 639,1	284 282,4	296 337,5
Dívida Externa	186 063,4	198 045,6	204 252,2
Multilateral	94 955,8	105 712,0	115 583,0
Bilateral	41 282,9	41 708,2	40 060,4
Comercial	49 824,8	50 625,4	48 608,8
Dívida Interna	78 575,7	86 236,8	92 085,4
Sector Bancário	49 194,5	54 813,2	60 471,8
Sector não Bancário	29 381,2	31 423,6	31 613,6
Dívida Financeira SEE	14 483,2	64 674,3	68 690,4
Dívida Financeira SEE	0,0	64 674,3	68 690,4
Dívida Financeira SEE Avalizada	14 483,2	17 582,9	19 622,7
Stock Global	279 122,3	348 956,7	365 028,0
Dívida Externa (% do Total)	66,7%	56,8%	56,0%
Dívida Interna (% do Total)	28,2%	24,7%	25,2%
Dívida Gov. Local & SEE (% do Total)	5,2%	18,5%	18,8%
Stock Global (% do PIB)	145,1%	144,5%	136,6%
Dívida Externa (% do PIB)	96,7%	82,0%	76,4%
Dívida Interna (% do PIB)	40,8%	35,7%	34,5%
Dívida Gov. Local & SEE (% do PIB)	7,5%	26,8%	25,7%

IV.2 - DÍVIDA EXTERNA**IV.2.1 - Stock****IV.2.1.1 - Stock da Dívida Pública Externa (em milhões CVE)**

	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2023	% do Total 2023
Credores Oficiais:				
<i>Multilateral</i>	94 955,8	105 712,0	115 583,0	56,6%
<i>Bilateral</i>	41 282,9	41 708,2	40 060,4	19,6%
<i>Comerciais</i>	49 824,8	50 625,4	48 608,8	23,8%
TOTAL	186 063,4	198 045,6	204 252,2	100,0%

IV.2.2 - Fluxos**IV.2.2.1 - Desembolso da Dívida Externa por Instrumento (em milhões CVE)**

	1º Trimestre 2021	% do Total	1º Trimestre 2022	% do Total	1º Trimestre 2023	% do Total
Governo Central						
<i>Curto prazo</i>						
Empréstimos	0	0	0	0	0	0
<i>Longo prazo</i>						
Empréstimos	1 575,0	100%	431,7	100%	3 167,3	100%
TOTAL	1 575,0	100%	431,7	100%	3 167,3	100%

IV.2.2.2 - Desembolsos por Setor / Área Económica (em milhões CVE)

Setor/Área Económica	1º Trimestre de 2021	1º Trimestre de 2022	1º Trimestre de 2023	% do Total 2023
Agricultura	-	9,7	-	0,0%
Água e Saneamento	55,6	-	17,0	0,5%
Educação	153,9	63,0	-	0,0%
Energia	10,8	-	268,4	8,5%
Economia	342,6	108,4	299,4	9,5%
Infraestruturas Aeroportuárias	44,8	-	-	0,0%
Infraestruturas Portuárias	80,4	69,1	126,7	4,0%
Luta contra Pobreza	46,9	-	129,3	4,1%
Estatísticas	-	9,0	27,2	0,9%
Ajuda Orçamental	-	-	1 535,0	48,5%
Saúde	27,0	24,4	48,1	1,5%
Transporte e Turismo	544,1	19,3	316,6	10,0%
Tecnologia de Informação	268,8	128,7	399,7	12,6%
TOTAL	1 575,0	431,7	3 167,3	100,0%

IV.2.2.3 - Desembolsos por Credor (em milhões CVE)

	1º Trimestre de 2021		1º Trimestre de 2022		1º Trimestre de 2023		Variação 2022-2023	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%
Credores Oficiais								
<i>Multilateral</i>	1483,5	94,2%	407,2	94,3%	3079,7	97,2%	2672,5	656,3%
FAD	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	-
BM/IDA	1128,5	71,7%	234,7	54,4%	966,5	30,5%	731,8	311,8%
BADEA	1,9	0,1%	9,7	2,2%	0,0	0,0%	-9,7	-100,0%
BAD	306,2	19,4%	162,8	37,7%	409,3	12,9%	246,4	151,3%
BM/IBRD	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	-
BEI	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	-
OPEC	0,0	0,0%	0,0	0,0%	39,8	1,3%	39,8	-
FIDA	46,9	3,0%	0,0	0,0%	129,3	4,1%	129,3	-
IMF	0,0	0,0%	0,0	0,0%	1535,0	48,5%	1535,0	-
NTF	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	-
CEDEAO	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	-
<i>Bilateral</i>	88,5	5,6%	24,4	5,7%	87,6	2,8%	63,1	258,4%
China	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	-
Kuwait	24,0	1,5%	24,4	5,7%	0,0	0,0%	-24,4	-100,0%
Portugal	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	-
Saudi Fund	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	-
Belgica	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	-
JICA	19,7	1,3%	0,0	0,0%	87,6	2,8%	87,6	-
ICO (Espanha)	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	-
AFD	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	-
Austria	44,8	2,8%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	-
Credores Privados	3,0	0,2%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	-
<i>Comerciais</i>	3,0	0,2%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	-
KBC	3,0	0,2%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	-
BPI	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	-
TOTAL	1575,0	100,0%	431,7	100,0%	3167,3	100,0%	2735,7	633,8%

IV.2.2.4 - Serviço da Dívida Externa do Governo Central por Categoria de Empréstimo e Tipo de Credor (em milhões CVE)

	1º Trimestre 2021			1º Trimestre 2022			1º Trimestre 2023		
	P	J/C	Total	P	J/C	Total	P	J/C	Total
Credores Oficiais									
<i>Multilateral</i>	891,5	107,1	998,6	1161,7	140,3	1302,0	1083,7	202,0	1285,7
BAD	367,1	3,8	370,9	369,0	0,2	369,1	369,0	34,8	403,8
BADEA	20,4	5,5	25,9	74,7	22,5	97,2	43,2	12,4	55,6
BEI	188,9	16,1	204,9	189,5	13,6	203,0	190,1	48,2	238,3
BIDC/CEDEAO	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
BM/IDA	207,5	50,4	257,9	276,9	54,9	331,7	287,7	62,4	350,1
CEDEAO	10,8	8,8	19,5	20,3	11,1	31,4	22,2	11,8	33,9
FAD	29,2	12,0	41,2	165,6	29,5	195,1	104,1	19,7	123,8
FIDA	33,0	5,3	38,3	34,4	5,2	39,5	33,9	4,8	38,7
IDA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
NTF	5,1	0,8	6,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
OPEC	29,6	4,4	34,0	31,6	3,4	35,0	33,5	7,9	41,4
<i>Bilateral</i>	73,4	21,5	94,9	475,9	62,8	538,7	488,3	56,4	544,7
AFD	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
AUSTRIA	26,5	9,5	36,0	26,5	5,5	32,0	26,5	5,1	31,5
Belgica	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
CHINA	0,0	1,3	1,3	130,6	34,1	164,7	157,6	31,1	188,7
FUNDO KUWAIT	24,1	2,1	26,2	25,6	2,1	27,7	4,8	0,5	5,3
FUNDO SAUDITA	22,8	8,6	31,5	97,2	17,8	114,9	56,0	9,4	65,4
ICO	0,0	0,0	0,0	109,5	3,4	112,9	109,5	2,9	112,4
JICA	0,0	0,0	0,0	86,5	0,0	86,5	134,0	7,3	141,3
PORTUGAL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Credores Privados	0,0	101,2	101,2	25,1	181,9	207,0	486,7	240,5	727,2
<i>Comerciais</i>	0,0	101,2	101,2	25,1	181,9	207,0	486,7	240,5	727,2
BPI	0,0	77,2	77,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
CGD	0,0	23,4	23,4	25,1	181,9	207,0	486,7	240,5	727,2
KBC	0,0	0,6	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	964,9	229,8	1194,7	1662,8	385,0	2047,8	2058,7	498,8	2557,5

IV.2.2.5 - Fluxos e Transferências Líquidas da Dívida Externa do Governo Central por Categoria de Empréstimo e Tipo de Credor (em milhões CVE)

	Desembolsos em 1º Trimestre de 2023 (A)	Pagamento de Principal em 1º Trimestre de 2023 (B)	Fluxos líquidos em 1º Trimestre de 2023 (C=A-B)	Juros e Comissões em 1º Trim de 2023 (D)	Transferências líquidas em 1º Trim de 2023 E=(C-D)
Credores Oficiais					
Multilateral	3079,7	1083,7	1996,1	202,0	1794,1
BAD	409,3	369,0	40,3	34,8	5,5
BADEA	0,0	43,2	-43,2	12,4	-55,6
BEI	0,0	190,1	-190,1	48,2	-238,3
BIDC/CEDEAO	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
BM/IDA	966,5	287,7	678,8	62,4	616,3
CEDEAO	0,0	22,2	-22,2	11,8	-33,9
FAD	0,0	104,1	-104,1	19,7	-123,8
FIDA	129,3	33,9	95,4	4,8	90,6
IMF	1535,0	0,0	1535,0	0,0	1535,0
NTF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
OPEC	39,8	33,5	6,3	7,9	-1,6
Bilateral	87,6	488,3	-400,8	56,4	-457,1
AFD	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
AUSTRIA	0,0	26,5	-26,5	5,1	-31,5
Belgica	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Brasil	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
CHINA	0,0	157,6	-157,6	31,1	-188,7
FUNDO KUWAIT	0,0	4,8	-4,8	0,5	-5,3
FUNDO SAUDITA	0,0	56,0	-56,0	9,4	-65,4
ICO	0,0	109,5	-109,5	2,9	-112,4
JICA	87,6	134,0	-46,4	7,3	-53,7
PORTUGAL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Credores Privados	0,0	486,7	-486,7	240,5	-727,2
Comerciais	0,0	486,7	-486,7	240,5	-727,2
BPI	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
CGD	0,0	486,7	-486,7	240,5	-727,2
KBC	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	3167,3	2058,7	1108,6	498,8	609,8

IV.3 - DÍVIDA INTERNA

IV.3.1 - Stock

IV.3.1.1 - Perfil de Vencimento da Dívida Interna do Governo Central (em milhões CVE)

	1º Trimestre 2021		1º Trimestre 2022		1º Trimestre 2023		2021/2022		2022/2023	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%
Curto Prazo	2 385,7	3,0%	3 083,1	3,6%	3 135,3	3,4%	697,4	29,2%	52,2	1,7%
<=3 Meses	299,3	0,4%	798,0	0,9%	-	0,0%	498,8	166,7%	-798,0	-100%
>3 Meses <= 6 meses	597,0	0,8%	895,8	1,0%	-	0,0%	298,8	50,1%	-895,8	-100%
>6 Meses <= 9 meses	1 489,4	1,9%	894,2	1,0%	1 750,7	1,9%	-595,2	-40,0%	856,5	96%
>9 Meses <= 12 meses	-	0,0%	495,0	0,6%	1 384,6	1,5%	495,0	-	889,6	180%
Médio-Longo Prazo	75 232,6	96%	82 248,6	95,4%	88 262,1	95,8%	7 016,0	9,3%	6 013,5	7,3%
> 1 ano <= 3 anos	3 556,6	4,5%	4 207,6	4,9%	3 665,5	4,0%	650,9	18,3%	-542,0	-12,9%
>3 anos <= 5 anos	7 101,4	9,0%	11 335,5	13,1%	12 650,4	13,7%	4 234,1	59,6%	1 314,9	11,6%
> 5 anos <= 8 anos	40 022,9	50,9%	42 082,9	48,8%	44 683,5	48,5%	2 060,0	5,1%	2 600,6	6,2%
>8 anos <= 10 anos	23 871,7	30,4%	24 222,7	28,1%	26 862,7	29,2%	351,0	1,5%	2 640,0	10,9%
>10 anos <= 15 anos	400,0	0,5%	400,0	0,5%	400,0	0,4%	-	0,0%	-	-
>15 anos	280,0	0,4%	-	0,0%	-	0,0%	-280,0	-100,0%	-	-
Outros	957,4	1,2%	905,0	1,0%	687,9	0,7%	-52,3	-5,5%	-217,1	-24,0%
Outros Créditos	957,4	1,2%	905,0	1,0%	687,9	0,7%	-52,3	-5,5%	-217,1	-24,0%
TOTAL	78 575,7	100%	86 236,8	100%	92 085,4	100%	7 661,1	9,7%	5 848,6	6,8%

IV.3.2 - Fluxos

IV.3.2.1 - Movimentos em valor facial da Dívida Interna do Governo Central por Categoria de Empréstimos e Tipo de Instituição (em milhões CVE)

	Saldo 31/12/2022 (1)	Emissão/ Desembolsos		Vencimentos/ Reembolsos		Saldo Total 31/03/2023 (4) = (1+2-3)
		31/03/2023				
		(2)	(3)	(2)	(3)	
SETOR PÚBLICO						
Governo Central						
Sector Bancário	59 189,3	4 802,7	3 520,2		60 471,8	
Sector Não Bancário	31 484,3	1 095,3	966,0		31 613,6	
TOTAL	90 673,5	5 898,1	4 486,2		92 085,4	

OBS: além dos Títulos do Tesouro, o montante global de Emissão da Dívida Interna (2), inclui os Protocolos e outros créditos.

IV.3.2.2 - Pagamentos Planeados do Serviço da Dívida Interna do Governo Central por Grupo e Tipo de Instrumento (em milhões CVE)

	1º Trimestre 2021			1º Trimestre 2022			1º Trimestre 2023		
	Capital	Juros e Comissões	Total	Capital	Juros e Comissões	Total	Capital	Juros e Comissões	Total
TÍTULOS DE DÍVIDA									
Bilhetes de Tesouro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1343,3	6,7	1350,0
30-dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
90-dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
120-dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
180-dias	-	-	-	-	-	-	1 343,3	6,7	1 350,0
360-dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações de Tesouro	1 539,6	720,2	2 254,6	2 490,6	746,0	3 236,6	3 137,0	762,8	3 899,8
2 anos	-	5,2	-	-	17,1	17,1	821,7	11,9	833,6
3 anos	-	20,9	20,9	370,7	7,1	377,8	-	-	-
4 anos	-	33,1	33,1	323,0	38,0	361,0	-	32,9	32,9
5 anos	495,5	27,2	522,7	-	26,7	26,7	510,6	35,8	546,4
6 anos	-	63,3	63,3	397,0	63,0	460,0	-	71,6	71,6
7 anos	744,1	151,8	895,9	1 085,9	145,5	1 231,4	798,1	168,2	966,2
8 anos	-	204,7	204,7	314,0	223,6	537,6	1 006,7	207,4	1 214,1
9 anos	300,0	165,9	465,9	-	173,9	173,9	-	191,4	191,4
10 anos	-	48,0	48,0	-	50,9	50,9	-	43,5	43,5
> 10 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1 539,6	720,2	2 254,6	2 490,6	746,0	3 236,6	4 480,3	769,5	5 249,8

IV.3.3 - Stock de Garantias e Avals em 31 de março de 2023 (dívida avalizada)
(em milhões CVE)

Beneficiário	Setor	Mar 2023	% do Total
ENAPOR	SEE	28,9	0,1%
ELECTRA	SEE	5 986,2	22,8%
TACV	SEE	6 019,2	22,9%
NEWCO	SEE	3 399,6	12,9%
ICV	SEE	804,8	3,1%
ADS	SEE	1 057,2	4,0%
IFH	SEE	451,0	1,7%
SDTIBM	SEE	737,0	2,8%
AEB	SEE	750,3	2,9%
SCS	SEE	18,7	0,1%
RTC	SEE	110,0	0,4%
CERMI	SEE	13,5	0,1%
NOSI	SEE	37,8	0,1%
INCV	SEE	208,5	0,8%
CM São Miguel	Município	0,0	0,0%
CM Mosteiros	Município	14,5	0,1%
CM Santa Catarina	Município	51,7	0,2%
CM Paul	Município	62,6	0,2%
CM Tarrafal São Nicolau	Município	63,9	0,2%
CM Porto Novo	Município	67,4	0,3%
CM São Vicente	Município	168,4	0,6%
Sub-Total Setor Público		20 051,3	76,3%
CV Telecom	Privado	2 036,4	7,7%
CV Interilhas	Privado	327,1	1,2%
DECAMERON	Privado	44,6	0,2%
ELEVO	Privado	131,3	0,5%
TECNOVIA	Privado	0,0	0,0%
EMPREITEL FIGUEIREDO	Privado	48,3	0,2%
KHYM NEGOCE	Privado	45,4	0,2%
CABOPLAST	Privado	50,0	0,2%
MORABI	Privado	80,0	0,3%
FCS	Privado	19,7	0,1%
PRO-GARANTE	Privado	3 452,2	13,1%
Sub-Total Setor Privado		6 234,9	23,7%
STOCK TOTAL (Milhões de ECV)		26 286,2	100,0%

Glossário

Dívida Pública

O termo “dívida pública” é utilizado frequentemente para designar realidades diversas de endividamento, nomeadamente, a dívida do Governo Central ou a dívida de todo o setor público administrativo, resultantes apenas do recurso a empréstimos públicos ou englobando também outras situações passivas, como por exemplo os que resultam do deferimento de pagamento de operações sobre bens e serviços, da retenção de cobranças efetuadas por conta de terceiros, de bonificação de taxas de juros e de avales e garantias concedidos e vencidos, entre outras situações.

Dívida do Governo Central (GC) - são operações de crédito assumidas diretamente pela Administração Central, englobando passivos resultantes de outras situações da responsabilidade direta do Governo Central.

Dívida Pública Interna

São operações de crédito do Estado realizadas no país e em moeda nacional. Podem ser detidas por investidores com residência no território nacional ou no estrangeiro. De se notar que as transações de crédito devem ocorrer no território nacional.

Dívida Externa

São créditos contraídos em divisas, junto de credores com residência no exterior.

Classificação da Dívida externa por tipo de credor

Multilateral - quando o credor é uma instituição de crédito internacional ou regional. A título de exemplo, o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento;

Bilateral - quando as transações de crédito ocorrem entre dois países ou instituições de créditos públicos. Por exemplo, empréstimos entre Portugal e Cabo Verde ou entre o Instituto de Crédito Oficial (ICO) de Espanha e a República Cabo Verde;

Comerciais - quando o credor é um banco comercial ou uma empresa privada.

Dívida Pública Externa

É a dívida externa do setor público.

Dívida externa do País

É a dívida externa do setor público acrescida da dívida externa do setor privado do país.

Dívida fundada

Instrumentos de Dívida de médio e longo prazos (maturidade superior a um ano). Por exemplo, Obrigações do Tesouro (OT); empréstimos contraídos com base em acordos/contratos (credor e devedor).

Dívida flutuante

Instrumentos de Dívida de curto prazo, com maturidades de até um ano, emitidos pelo Tesouro do Estado para cobrir as necessidades de tesouraria.

Serviço da Dívida

Pagamento de juros, comissões e capital para amortização da dívida.

Amortização - é o reembolso parcial ou total do capital em dívida. Comissões - são os custos cobrados pelos serviços de elaboração de contrato e de engagements assumidos pelo credor no âmbito do acordo de empréstimo;

Juros - é o custo da utilização do capital alheio, tipicamente expresso em percentagem. A taxa de juro pode ser fixa, o que significa que permanece constante durante a maturidade do empréstimo ou variável, quando flutua durante o período de amortização da dívida.

Período de carência - período em que o mutuário não faz o reembolso da dívida, pagando somente os juros ou em que pode capitalizá-los.

Desembolsos - A transferência real de recursos financeiros, ou de bens ou serviços feitos pelo mutuante ao mutuário em cumprimento de obrigações acordadas no âmbito da implementação de um projeto ou programa.

Tipos de desembolsos

Reembolsos - numa ação previamente concertada, o credor autoriza o mutuário a realizar certas despesas para depois fazer o reembolso do montante pago pelo mutuário;

Pagamento direto - mediante um pedido formal da parte do mutuário, o credor paga diretamente ao fornecedor por uma fatura de fornecimento de bens ou serviço devidamente certificada;

Conta especial - quando é aberta uma conta especial no Banco Central e o credor alimenta a mesma. O mutuário utiliza o montante e justifica a utilização da tranche anterior para poder aceder a outras tranches de desembolsos;

Garantia - nas operações em que se exige uma garantia bancária, no âmbito da implementação do projeto, objeto do contrato financiado com empréstimo externo, o credor assume esta despesa.

Capital/Stock da dívida

É o montante desembolsado pelo credor ao mutuário, no âmbito de um contrato de crédito, ainda não restituído/reembolsado.

Fórmula simples de calcular o Stock: Stock inicial + Desembolsos-pagamentos + residuais (dívida contingente vencida, atrasados, etc.) obs.: neste caso o stock é calculado na moeda de contratação.

Fluxo Líquido de um empréstimo

Desembolsos menos o pagamento de capital.

Atrasados

Serviço da dívida ou outras transações vencidas e não pagas.

Passivo Contingente

São obrigações que surgem de engajamentos diretos e/ou indiretos do Estado que poderão ocorrer ou não. Todavia, se se ocorrem, exige uma intervenção financeira imediata do Estado.

Passivo Contingente Explícito: são obrigações que decorrem de responsabilidades financeiras contratualizadas pelo Estado de uma forma direta, e que se elas forem acionadas, o Estado é chamado a honrá-las. Exemplo: avales concedidos às entidades públicas ou privadas.

Passivo Contingente Implícito: são obrigações que não decorrem de responsabilidades financeiras contratualizadas pelo Estado, mas que serão reconhecidas como tal, caso ocorrerem, exemplo: *default* contratual de uma entidade pública; ações de resgate e de recuperação de eventos de desastre; falência de alguma entidade Pública; custos provenientes de privatizações, entre outros.

Alívio da Dívida

Diminuição do peso da dívida ao país devedor através de reescalonamento ou por cancelamento parcial ou total do pagamento do serviço da dívida, mediante um acordo entre as partes envolvidas.

Reescalonamento da dívida

Renegociação do calendário de pagamento do serviço da dívida.

Sustentabilidade da dívida

O termo sustentabilidade da dívida é usado para designar a capacidade de um Estado de cobrir as suas responsabilidades contratuais, resultante de acordo de empréstimo, sem pôr em causa a inteira estabilidade e a dinâmica da economia do país.

Análise de sustentabilidade

É um diagnóstico que se faz a um portfólio de dívida, num determinado período, para se concluir se esta é ou não sustentável. Mede o nível de dívida sobre o qual o país devedor é capaz de cumprir as suas obrigações do serviço da dívida, presentes e futuros, sem recorrer a um alívio da dívida adicional ou reescalonamento da dívida ou acumulação de atrasos.

Títulos do Governo

Instrumentos Financeiros usados pelo Governo para obter fundos do mercado primário. Exemplo, bilhetes e obrigações do Tesouro.

Mercado Primário

O Mercado onde os investidores podem comprar, primeiramente, novos instrumentos financeiros emitidos.

Mercado Secundário

O Mercado onde os instrumentos financeiros são transacionados entre os detentores, e não diretamente com o emissor.



Ministério das Finanças
e do Fomento Empresarial
Direção Geral do Tesouro

www.mf.gov.cv
email: dgt.caboverde@mf.gov.cv